

REVISTA PROGRAMA



'Barrados no baile' acaba após 10 anos

SUPERTV, página 2

Sugestões para almoço com a mãe

Página 4

Pesquisa indica 93% de racismo entre brasileiros

Entrevistas revelam que preconceito é apontado, mas não assumido

A abolição da escravidura completa 112 anos amanhã, mas uma pesquisa do DataUFF constata: o Brasil é um país racista. Encerrado há uma semana, após sete meses de entrevistas, o estudo revelou que 93% das quase 1.200 pessoas ouvidas admitem que há preconceito racial contra os negros. Dos mesmos entrevistados, no entanto, 87% afirmam "não ter preconceito de cor", 11% admitem "um pouco" de preconceito e apenas 1% declarou ter "muito preconceito". (Página 5)



Casamento com pessoa de cor preta é desaprovado por 58%

Para 45%, negros têm condição pior que brancos porque a escravidão ainda pesa

Câmara apura suspeita sobre morte de Jango

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, aprovou a criação de uma Comissão Externa para investigar, em prazo de 180 dias, as suspeitas de que o ex-presidente João Goulart, morto na Argentina em 1976, foi vítima da Operação Condor, que reprimiu os opositores das ditaduras militares no Cone Sul. Ontem, mais uma cidadã argentina, Lilian Ruggia, anunciou que pedirá informações ao governo brasileiro sobre o desaparecimento de um parente: seu irmão, Enrique Ernesto Ruggia, pode ter sido eliminado no Paraná em 1974. (Pág. 11)

Telemar leva a Conde solução para telefones

A Telemar apresenta hoje um programa de investimentos até 2001 que irá resolver o problema de linhas telefônicas no Rio. Os recursos serão aplicados, também, em novas tecnologias que oferecerão aos usuários da empresa serviços ainda não explorados por outras companhias. O programa de investimentos será apresentado pelo presidente da Telemar, Manoel Horácio, ao prefeito Luiz Paulo Conde, numa tentativa de melhorar as relações entre a empresa e a prefeitura. O Procon do Rio, no entanto, alerta para a necessidade de a companhia investir parte da verba no atendimento ao usuário, uma das principais reclamações dos consumidores. A empresa também é considerada campeã das reclamações pela Anatel. (Página 13)

Servidores ganham piso de R\$ 392,60

O presidente Fernando Henrique fixou ontem em R\$ 392,60 o piso salarial dos cerca de 1,8 milhão de servidores federais. "Ninguém no governo ganhará menos. Esse é o efeito positivo da aprovação do salário mínimo pelo Congresso", disse o presidente. Os servidores não tinham aumento há cinco anos. (Página 4)

PREÇO

Venda em banca para RJ, MG, ES, SP:

R\$ 1,20

2ª Edição

© JORNAL DO BRASIL S.A. 2000

http://www.jb.com.br □ AOL, Palavra Chave: jb

O RUBRO LAMPEJO

Luiz Carlos David



Funcionários decidem manter a greve, mas sem prejudicar o funcionamento do Hospital Universitário. (Página 6)

CPI quer ouvir Narcisa

Secretário de Segurança manda Delegacia de Entorpecentes investigar

A sub-relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, Laura Carneiro (PFL-RJ), pediu que o Ministério Público estadual, a Polícia Federal e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara convoquem Narcisa Tamborinduguy para depor sobre as declarações que deu em entrevista publicada, ontem, pelo JORNAL DO BRASIL. Narcisa revelou o esquema do tráfico de drogas na alta sociedade do Rio, principalmente na Zona Sul. O secretário de Segurança, Josias Quintal, determinou que as declarações sejam investigadas pela Delegacia de Repressão a Entorpecentes. A socialite anunciou que vai fazer uma campanha com crianças de rua contra as drogas. (Págs. 19 e 20)

ABRE AS ASAS SOBRE NÓS

Jorge Cecilio



Esfartpada e com um urubu no topo do mastro, a Bandeira tremula no Morro do Pasmado. (Pág. 22)

Detran divulga lista de quem perde carteira

O Detran começa a divulgar hoje a lista dos primeiros 10 mil motoristas que poderão ficar impedidos de dirigir durante um ano porque perderam mais de 20 pontos na carteira, não apresentaram recurso e foram julgados à revelia. Segundo o Detran, 55 mil motoristas no Estado do Rio já foram notificados e 10 mil correram das multas. Destes, 6.000 casos foram examinados pelas juntas de Avaliação e Recursos. (Página 20)

FH pede que infiéis deixem seus cargos

O presidente Fernando Henrique pediu aos aliados que votaram contra o infimio de R\$ 151 que se afastem de suas responsabilidades no governo "por uma questão de coerência." Mas FH informou que não tomará a iniciativa de demitir e pediu o fim da "política". Defendeu ainda a luta "contra a corrupção, mas de maneira apropriada." (Pág. 3)

COTAÇÕES

SALÁRIO MÍNIMO: (maio) R\$ 151; DÓLAR: Comercial (compra) R\$ 1.8154; Comercial (venda) R\$ 1.8162; Paralelo (compra) R\$ 1.840; Paralelo (venda) R\$ 1.860; TR: do dia 12/4 a 12/5 - 0,1891%; TBF: do dia 10/5 a 10/6 - 1,4813%; UFIR: (maio) para IPTU residencial, comercial e territorial, ISS e Alvará - R\$ 1.0641.

politica@jb.com.br

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

Dano mais
que real

Se é verdade que as ações paralelas do MST são danosas e agressivas à democracia, é igualmente verdade que os espetáculos que vêm sendo produzidos pelo Congresso também o são. Dano por dano, o proporcionado por um Parlamento que se exhibe ora inútil ora como palco de festival de desaforos é bem maior. Os efeitos são sub-reptícios e cumulativos. Provocam o que há de pior em matéria de sentimento antidemocrático: o descrédito da sociedade no exercício da política e da representação popular.

Na quarta-feira, melhor serviço prestaram à democracia os que do lado de fora do Congresso promoveram um ato ecumênico de protesto. Pena que, do lado de dentro, quando a votação da medida provisória do salário mínimo começou, os índios já tivessem dançado, os que gritavam pela terra já tivessem ido gritar por verbas no Palácio do Planalto e os funcionários públicos ausentes por estarem ocupados em reuniões para definir os rumos da greve.

E a manifestação, que em tese havia sido organizada para "pressionar" o Congresso a derrotar a MP, acabou se dispersando sem exercer o sagrado dever da pressão. Evitou assim perder o seu também sagrado tempo, porque o Congresso passou meses e uma quase madrugada inteira rodopiando ao redor do próprio umbigo para não chegar a lugar nenhum.

Desmoralizante mesmo para a democracia, para a sustentação dos valores institucionais, é a discussão que se fez em torno de R\$ 26 a expensas do dinheiro e da paciência do distinto público, que não contou com a deferência de ser pelo menos avisado da inutilidade daquilo tudo. Se quisessem discutir salário mínimo a sério, suas excelências teriam de ter começado por rejeitar a tramitação da medida provisória.

Muito mais que a ação de meia dúzia de rebeldes que não conseguem administrar a própria causa, o que desqualifica o regime democrático é a briga de rua de dois senadores a se qualificarem mutuamente de "ladrao", a usarem de desaforos como quem recorre a vírgulas.

De forma alguma se terá uma democracia forte enquanto os símbolos que caracterizam a vigência deste tipo de regime não começarem por respeitar-se a si mesmos para que possam ser respeitados pelo conjunto da sociedade.

E aí, é lamentável, mas se incluem todas as forças políticas, sejam governistas ou oposicionistas, que não percebem, não denunciam, se acomodam e contribuem para a produção deste que é o verdadeiro e mais realístico dano às liberdades: a desmoralização dos instrumentos que garantem a liberdade de uma nação.

Plano inclinado

Candidato a vice de Paulo Maluf na eleição de 1998 e hoje presidente de Furnas, o ex-ministro da Coordenação Política Luiz Carlos Santos é dos que não se impressionam com a subida de Maluf nas pesquisas de opinião. Continua achando que se trata de uma candidatura fadada ao fracasso e que a Prefeitura de São Paulo será mesmo disputada entre Luiza Erundina e Marta Suplicy.

Mas o grande problema para Paulo Maluf, na visão de Luiz Carlos Santos, não é eleitoral e sim político. "Ele vai disputar numa posição politicamente desastrosa", avalia. E que não é apenas resultado das agruras do prefeito Celso Pitta, cujo mandato está sendo legal e legitimamente contestado.

Pela análise do ex-ministro – que saiu do governo FH para vice de Maluf com a tarefa de *segurar* suas idéias de se candidatar à presidência em 2002 a fim de que o espaço ficasse aberto para Luís Eduardo Magalhães –, Paulo Maluf começou a caminhar em plano quando se envolveu no episódio do dossiê Cayman.

"Ali perdeu a credibilidade e pôs a perder o patrimônio de 8 milhões de votos, com o qual saiu politicamente vitorioso de uma derrota eleitoral." O que se impõe a Maluf agora, na opinião de Luiz Carlos Santos, é o risco de ter um duplo fracasso, político e eleitoral.

Ele acha que, se as coisas continuarem como estão, Maluf não chegará ao segundo turno. Quanto às pesquisas, Luiz Carlos tem duas explicações para os índices relativamente altos: "A overdose de exposição fez de Maluf uma vítima para alguns setores, notadamente aqueles que partem do princípio de que político nenhum presta. O outro fator é que o malufismo funciona como torcida, por adesão emocional, como no futebol."

Estaca zero

O PSDB do Rio virou, mexeu e continua na estaca zero: louco para se aliar a César Maia na eleição municipal. No oficial, o partido sustenta a candidatura do deputado Ronaldo Cezar Coelho. E, no paralelo, trata de arranjar uma saída mais ou menos honrosa para ele, que só abre mão se for o vice de César. E isso o grupo do governador Marcelo Alencar, que comanda as conversações com vistas à formação de uma aliança, não admite nem como hipótese remota.

e-mail para esta coluna: dkramer@jb.com.br

FOLHETIM DO MÍNIMO

Ministro nega barganha e fala em "processo político"

Afirmação do poder de FH

J. França – 20/8/99

PAULO FONA E
SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, atribuiu ontem a vitória do governo na votação da medida provisória do salário mínimo de R\$ 151 à união da base aliada em torno do presidente Fernando Henrique. "Foi a reafirmação do poder do presidente da República", comemorou Aloysio. "Quem votou, votou a favor dele", acrescentou. "Tivemos dissidentes e não dissidências. Não houve fratura da base, que continua sólida apesar da campanha oposicionista para fração-lá", frisou. Para Aloysio, "o Congresso Nacional é mais previsível do que a mídia e as pesquisas calculam".

O ministro lembrou que a vitória na madrugada de quinta-feira foi construída desde a sessão do dia 26 de abril, quando o Congresso não votou a MP do mínimo, como queria a oposição e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ela prosseguiu na aprovação, pela Câmara dos Deputados, dos pisos regionais, como pretendia o governo.

Acordo – Durante a discussão em torno dos R\$ 151 o governo conseguiu, ainda na visão do ministro Aloysio, fazer com o que o relator do PMDB, deputado Armando Monteiro (PE), acabasse a emenda do deputado do PFL paulista, Luis Medeiros, que construiu o acordo para ir à votação. Finalmente, no início do dia de ontem, a votação vitoriosa. "O governo manteve a base unida, apesar das diferenças dos partidos, da visão social que cada um têm", disse.

O ministro garantiu que todas



Aloysio Nunes disse que liberação das verbas dos parlamentares não terá relação com a votação

as emendas individuais incluídas por parlamentares no Orçamento de 2000 serão liberadas, sem cortes ou retaliações. "Foi uma vitória do presidente. A base do governo é sólida até na hora do aperto", resumiu, satisfeito. Para ele, o mais importante foi a base ter permanecido unida, acima dos apelos eleitorais. "O desempenho partidário foi exemplar", resumiu.

A decisão de liberar as emendas reclamadas pelos parlamentares aliados foi adotada em reunião do presidente com o ministro do Planejamento, Martus Tavares e o chefe da Casa Civil, Pedro Parente. "Vamos liberar todas as emendas individuais, antes

das eleições", anunciou Aloysio. O ministro esclareceu que as liberações não terão nada a ver com as votações do mínimo e negou que tenha barganhado liberação de emendas em troca do voto a favor dos R\$ 151. "A preocupação dos parlamentares transmitida à Secretaria-Geral da Presidência foi saber se suas emendas seriam contingenciadas e se a execução seria realizada antes das eleições. E o governo garante que vai", destacou Aloysio.

Cortes – O ministro disse que o governo já montou um esquema de liberação de emendas de parlamentares de acordo com um cronograma que não prejudicará as contas públicas e sem ne-

nhum tipo de condicionamento às votações. Porém, as emendas coletivas poderão sofrer cortes. "É mais difícil disponibilizar recursos para as emendas coletivas, por causa de seu valor elevado", afirmou Aloysio. Mas deixou claro que não houve negociação. "Houve processo político mas não barganha", frisou o ministro. Ele lembrou que o prazo para a realização dos convênios com os estados termina até o final do mês e disse que entende a apreensão dos parlamentares. "Eles queriam liberar as emendas antes das eleições. É uma preocupação que merece estudos mas independente das votações", concluiu Aloysio.

Recuo ou teste de fidelidade?

HELAYNE BOAVENTURA

BRASÍLIA – O sorriso abeto era um dos primeiros sinais dos líderes governistas, que ontem não conseguiam esconder o entusiasmo com a aprovação do mínimo de R\$ 151. Para o governo, a votação foi um teste da fidelidade da base governista e significou, principalmente, a derrota do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que ameaçava votar pelos R\$ 177, mas orientou a bancada baiana a votar com o governo.

Os governistas também comemoraram a divisão no PFL, surgida com a insistência do senador baiano de se contrapor ao governo, o

que o colocou contra o presidente da legenda, Jorge Bornhausen (PFL-SC), e expôs divergências do partido. Os parlamentares ligados a ACM, porém, não aceitam que ele esteja isolado. "Dentro desse enfoque, ninguém avança nas posições do governo", justifica o deputado baiano José Carlos Aleluia (PFL). Segundo ele, o senador não perdeu, já que não voltou atrás.

Jogador – Ao final da sessão do Congresso, ACM reafirmou a oposição ser favorável aos R\$ 177. "Mantenho a mesma posição, só que como presidente não posso manifestá-la", disse ele, que recomendou o voto com o governo à bancada. "Isso é fruto da

negociação, não íamos romper para impor a nossa posição. O senador tem uma relação de jogador com o governo, não é subalterno", completa Aleluia.

Luta – Nenhum pefelista esconde, porém, as dificuldades internas no PFL depois da votação. "O partido se envolveu em luta, e algumas tensões internas terão de ser administradas, mas estamos unidos", argumenta José Carlos Aleluia. O discurso pefelista também é o de que o partido forçou o governo a conceder reajuste maior do que pretendia e foi obrigado a votar o tema, que evitava há cinco anos. Mas os governistas lembram que o governo decidiu votar a MP

como forma de testar a base aliada. "Ontem era o nosso dia de pagar o preço da lealdade", esclareceu o líder do governo no Congresso, Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A avaliação unânime dos parlamentares aliados era a de que, mesmo com dissidências o episódio teve saldo favorável. "Temos uma base sólida de 306 deputados – o número de votos favoráveis na votação", calcula o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG). "O governo precisava aprovar a medida provisória e aprovou", argumenta o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA). "Isso demonstra que a base, quando trabalhada, quando unida, é forte".

Tormento para os candidatos

FERNANDA MELAZO

BRASÍLIA – As horas anteriores à sessão que aprovou, na madrugada de quinta-feira, o salário mínimo de R\$ 151, foram de tormento para os candidatos às eleições municipais. Os deputados Roberto Pessoa (PFL-CE) e Vic Pires Franco (PFL-PA), por exemplo, desafiaram o governo na votação e explicaram para o líder do partido, Inocêncio Oliveira (PE), que espalharam em seus estados cartazes em defesa de um mínimo de US\$ 100. A foto mostra deputados ao lado de um che-

que assinado pelo PFL nesse valor. "Espalhei 80 cartazes", dizia Vic, desesperado.

O deputado Sebastião Madeira (PSDB-MA) também viveu drama parecido. Madeira, que faz parte da direção nacional do PSDB, votou com o governo, mas em reunião da Executiva Nacional mostrou o estrago que a votação já fez para sua campanha. Candidato à prefeitura de Imperatriz (MA), levou recortes de jornais nos quais as manchetes diziam: "Sindicalistas classificam Madeira de traidor" e "Deputado Madeira foge do plenário em defesa do salário de R\$ 151".

Olhar – Provável candidato na Bahia, o deputado Jairo Azi (PFL) argumentava, na reunião do partido, com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que votaria contra os R\$ 151. "Você vai votar favorável ao mínimo de R\$ 151", reagiu secamente ACM. Azi se ausentou da votação. E durante a sessão, fugiu dos olhares do senador.

A deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) não é candidata, mas votou contra, contrariando sua tradicional fidelidade. Laura teve a mesma postura na votação de 26 de abril. O emprego de seu irmão na Companhia das Docas do Rio cor-

reu sério risco. A deputada escreveu uma carta ao presidente Fernando Henrique explicando os motivos do voto. "Essa votação para mim era essencial", disse. Laura não tem retaliação. "Meu irmão é um técnico e trabalha nas Docas há 22 anos. É uma vida inteira", explicou.

A tucana Lúcia Vânia (GO), provável candidata à prefeitura de Goiânia, votou contra o mínimo de R\$ 151. Ontem, tentava justificar. "Enrei e vim tomar conhecimento apenas hoje", explicou. "Votei e saí do plenário sem olhar para o painel. Só descobri o erro depois da ligação de um jornalista", disse.

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DO BRASIL
Av. Brasil, 500 – CEP 20949-900 Caixa Postal 23100 – CEP 20922-970 – São Cristóvão
Rio de Janeiro – RJ Tel: (21) 574-4000

REDAÇÃO

Fax: (21) 574-4428

JB ONLINE

www.jb.com.br

SUCURSAS

Brasília, DF: Tel: (61) 313-5888

Fax: (61) 321-9211

e-mail: brasilia@jb.com.br

São Paulo, SP: Tel. e Fax: (11) 284-8133

e-mail: saopaulo@jb.com.br

Belo Horizonte, MG: Tel: (31) 274-7377

Fax: (31) 274-7420

e-mail: bh@jb.com.br

CIRCULAÇÃO

Atendimento ao jornalista (21) 574-4339

Preço de venda em banca (em R\$)

	Dias úteis	Dom.
RJ, MG, SP e ES	1,20	2,40
DF	1,50	3,00
GO, PR	2,50	4,00
MS, MT, SC e RS	2,50	5,00
CE, MA, PB, PI, PE e RN	2,50	5,00
AL, BA e SE	2,50	5,00
AC, AM, AP, PA, RO, RR e TO	3,00	6,00

DIRETORIA COMERCIAL

e-mail: comercial@jb.com.br e achel@jb.com.br

Anúncios

Noticiário 574-4474

Revistas 574-4322

Classificados 574-4343

Classificados (por tel.) 516-5000

anúncios por telefone: segunda a quinta-feira até

às 19h e sexta-feira até às 20h

Anúncios fúnebres

Plantão: 574-4326, 574-4385 e 574-4540

Lojas de Classificados

CopaCabana: Av. N. Sra. Copacabana, 680/ Loja M

tel.: 235-5539

Ipanema: Rua Visconde de Pirajá, 580/ Sala 221

tel.: 294-4191

Tijuca: Rua Conde de Bonfim, 346/ Sala 202

tel. 254-8992

ASSINANTES

Atendimento ao assinante, assinaturas novas, Clube

JB e exemplares atrasados

Ligação gratuita 0800-23-5000

Grande Rio 589-5000

Brasília 224-5545

Belo Horizonte 274-7377

São Paulo 253-9755

Horário: De segunda-feira a sexta-feira, de 7h às 19h

19h. Sáb, domingos e feriados, de 7h às 13h

e-mail: assinante@jb.com.br e clubejb@jb.com.br

PESQUISA

Pesquisa JB na Internet - Edições do JB desde

junho de 1993

Endereço: www.jb.com.br

E-mail: pesquisa@jb.com.br

Atendimento: (21) 574-4666

Começa a investigação sobre Jango

■ Câmara confere poderes a 11 deputados para apurar suspeita de que ex-presidente foi vítima de conspiração na Argentina

VALDECI RODRIGUES

BRASÍLIA – O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), criou ontem uma Comissão Externa para investigar as circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, na sua estância na província de Corrientes, Argentina. Na próxima semana, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara fará uma sessão pública para discutir a reabertura das investigações da Operação Condor, articulação militar e repressiva das ditaduras sul-ame-

ricanas dos anos 70 e 80.

Temer anunciou a formação de um grupo de 11 parlamentares para realizar as investigações, num prazo de 180 dias. A decisão do presidente da Câmara atende a requerimento do líder do PDT, deputado Miro Teixeira (RJ), que pediu audiência ao ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso. Miro Teixeira quer saber se a Comissão Externa da Câmara poderá ter acesso a documentos da época em que Jango morreu. O próprio líder do PDT acha pouco provável que exista no Brasil

uma farta documentação a respeito, porque “isso foi perpetrado lá fora”. É uma referência que o deputado Miro Teixeira faz às suspeitas que cercam a morte de João Goulart. Como exemplo, ele diz que o corpo do ex-presidente foi colocado dentro de um caixão com a mesma roupa que estava vestindo quando morreu.

O líder do PDT imagina que surgirão depoimentos de argentinos e uruguaios que poderão eliminar as dúvidas e suspeitas. “Sempre houve comentários levantando suspeitas. O único objetivo da comissão é estabelecer

a verdade”, assegura Miro Teixeira. Ontem, ele recebeu em seu gabinete na Câmara o filho do ex-presidente, João Vicente Goulart Filho, que lhe foi entregar duas cartas que recebeu do pai justamente em 1976. Nessa época, João Vicente Goulart estudava agronomia na Inglaterra.

O filho de Jango acha que as preocupações manifestadas pelo pai nas duas cartas podem ter outro significado. “Eram preocupações políticas. Ele dizia que não sabia onde a América Latina iria parar”, conta João Vicente. Com o passar do tempo, ele passou a acreditar que mais do que

isso o pai não lhe revelou para poupá-lo. Com as reportagens publicadas pelo **JORNAL DO BRASIL**, a família acredita que o ex-presidente pode ter sido morto por agentes da Operação Condor.

João Vicente Goulart ressalta que não foi feita autópsia, nem permitido que o corpo fosse levado para São Borja (RS). “Não foi observado luto oficial. Na cerimônia religiosa, a igreja foi fechada e não houve autorização para que o povo se aproximasse de Jango”, relembra. João Vicente acha que é “perfeito” o objetivo da Comissão Externa. Em

sua opinião, a família não teria condições de levar uma investigação desse porte adiante. Como exemplo, citou obstáculos para acionar autoridades argentinas.

João Goulart morreu dia 6 de dezembro de 1976, na Fazenda La Villa, Mercedes, distrito de Corrientes. “Buscamos agora a recomposição da Justiça”, afirma o filho do ex-presidente, que chama a Operação Condor de “Mercosul do Terror”. O deputado Miro Teixeira explica que a Comissão Externa não terá poderes especiais, apenas a força da representação política da Câmara dos Deputados.

Novo pedido de ajuda

JOSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE – A primeira consequência prática no exterior da decisão da Advocacia Geral da União de determinar à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) a divulgação de dados sobre três argentinos desaparecidos no Brasil em 1980 foi anunciada ontem pela argentina Lilian Ruggia, em Buenos Aires. Ela disse que pedirá ao governo brasileiro informações sobre o desaparecimento em 1974 do seu irmão, Enrique Ernesto Ruggia, “seguindo o mesmo caminho”, através da Justiça argentina.

Enrique ingressou no Brasil via Paraná, junto com o grupo brasileiro liderado pelo chefe do setor militar da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no exterior, Onofre Pinto. Uma das diferenças fundamentais do caso Ruggia em relação aos outros três argentinos (Horacio Domingo Campiglia, Susana de Binstock e Lorenzo Viñas) é que surgiu o nome de um militar brasileiro supostamente envolvido no desaparecimento. O deputado Nilmar Miranda (PT-RS) disse que o ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE) Marival Chaves lhe contou que “a operação de prisão e execução do grupo de Onofre Pinto foi comandada pelo capitão Paulo Malhães, do CIE”, conforme publicado ontem pelo **JB**.

Armadilha – O grupo de cinco a seis guerrilheiros (brasileiros e o argentino Enrique Ruggia) teria sido capturado numa armadilha e executado por homens do Exército num sítio em Medianeira (PR), segundo o ex-agente do DOI-Codi Marival Chaves.

Documentos descobertos nos arquivos secretos do Dops/RS e já divulgados pelo **JB** mostraram que órgãos do Exército acompanhavam a mobilização do grupo de Onofre desde Buenos Aires. Os militares brasileiros, segundo esses documentos, também conheciam antecipadamente a ação dos guerrilheiros ainda na capital

argentina, antes de sua entrada no Brasil, alertando outros organismos da rede do Sistema Nacional de Informações (Sisni) liderado pelo SNI a capturar o grupo guerrilheiro assim que entrasse no país. Esses oficiais alertavam para uma “missão muito importante” que Onofre teria no Brasil e que seria, conforme divulgado posteriormente, matar o chefe da repressão política do Dops paulista, Sérgio Paranhos Fleury.

Esperança – Lilian resolveu tentar agora o mesmo caminho dos parentes dos três argentinos depois das decisões do STF de aceitar o pedido da Justiça argentina e também da Advocacia Geral da União. “Essas decisões da Justiça e do governo brasileiros foram muito importantes, pois dão novas esperanças a nós, parentes de desaparecidos”, comentou ontem Lilian Ruggia, falando por telefone de Buenos Aires.

Segundo Lilian, o grupo integrado por seu irmão entrou no Brasil entre 9 e 11 de julho de 1974, e foi atraído para um suposto campo de treinamento de guerrilha em Medianeira (PR), onde todos foram executados. O ex-agente do DOI-Codi Marival Chaves, em entrevista ao **JB**, informou que o grupo de Onofre foi executado por órgãos do Exército. Em contatos posteriores com a presidente da organização Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, Cecília Coimbra, e num telefonema da própria Lilian Ruggia, Marival confirmou a execução do grupo e disse que ficou sabendo disso por um oficial de Inteligência do Exército em São Paulo. Contou que foram mortas cinco ou seis pessoas, entre as quais um jovem argentino. Como Enrique tinha viajado com o grupo, Lilian conclui que o jovem argentino morto era seu irmão.

Caso consiga dados nos arquivos brasileiros do caso do Paraná, Lilian espera que se localize as ossadas dos guerrilheiros e que possa levar os restos mortais do irmão de volta à Argentina.



Policiais abrem caminho em batida nas instalações da empresa de comunicações Media-Most

Putin mostra força a imprensa e repúblicas

MOSCOU – Uma batida fiscal e policial nas instalações de uma empresa de comunicações cujos veículos têm criticado o governo federal e decretos para dissipar veleidades autonômicas de governos regionais marcaram ontem uma demonstração de força do presidente russo, Vladimir Putin.

Apesar da negativa oficial de que se tratasse de vingança política, o fato é que a estação NTV, a rádio Ecos de Moscou e o diário *Segodnya* – cujas instalações foram revistadas por dezenas de agentes fiscais apoiados por policiais pesadamente armados – têm criticado Putin e a guerra na Chechênia e exposto alegados casos de corrupção no governo.

“Trata-se de um ato de intimi-

dação”, disse Iuri Malachenko, presidente do conselho de administração da Media-Most, conglomerado financeiro e de comunicações de propriedade de Vladimir Gusinski, considerado um dos sete “oligarcas” da Rússia pós-soviética. Segundo a NTV, a batida pode ter sido provocada por recente reportagem em *Segodnya* denunciando corrupção de um dirigente do Serviço Federal de Segurança (SFS), sucessor do antigo Comitê de Segurança do Estado (KGB) da era soviética.

Alexander Zdanovich, porta-voz do SFS, afirmou que a batida estava ligada a uma investigação criminal sobre suposta revelação de segredos bancários e violação

de privacidade por parte de empregados do setor de segurança da Media-Most.

Para cumprir sua promessa de reforçar o controle central do governo em relação às repúblicas da Federação Russa – que ganharam considerável autonomia durante a presidência de Boris Yeltsin, chegando em alguns casos a declarar independência (Chechênia) ou a praticar a desobediência fiscal –, Putin baixou decretos determinando que as repúblicas da Bachquíria (Rússia européia) e da Inguchêtia (Cáucaso Norte, vizinha da Chechênia) e a região extremo-oriental de Amur revoguem dispositivos locais que vão de encontro à Constituição federal.

Disfarces da repressão

PORTO ALEGRE – Nas ações da Operação Condor que realizavam nos países vizinhos durante os anos 60 e 70 “na vigilância ou captura de militantes brasileiros de esquerda no exterior, militares do Centro de Informações do Exército (CIE), do Serviço Nacional de Informações (SNI) e outros órgãos de inteligência do Brasil utilizavam, cada um, um jogo de documentos falsos com nomes falsificados, que incluíam passaportes, carteiras de identidade, de motorista, entre outros”.

Os documentos eram fabricados na seção especializada do setor de contra-informação de cada órgão, destruídos e incinerados na volta do agente ao Brasil. Para garantir o sigilo das operações, os militares tinham novo codinome a cada viagem, diferente do nome falso que usavam em operações no Brasil. As informações foram dadas pelo ex-agente do CIE, Marival Chaves, que por muitos anos atuou na repressão política.

Também ex-agente do DOI do II Exército em São Paulo e que teve codinome que não quis revelar, Marival Chaves contou que

“dois importantes chefes nas operações de repressão política do CIE, inclusive atuando no exterior, foram o coronel, então major Ênio Pimentel da Silveira, que no Brasil utilizava o codinome de Nei Borges de Medeiros; e o capitão Paulo Malhães, codinome Doutor Pablo. O major Ênio chefou várias operações de repressão no Chile e Argentina”.

Marival, que também foi membro do DOI do Comando Militar do Planalto, em Brasília, contou que “Ênio, muitos anos depois, quando já coronel, no comando do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, em Santos (SP), se suicidou. (...) Nas viagens ao exterior, o Ênio nunca usou seu codinome do Brasil. Sempre usava outros, preparados para cada viagem. Quem fabricava isso era a seção de documentos falsos do CIE”.

Ele contou que isso ocorria em todos os órgãos centrais de informação, como o SNI, que “também fabricavam documentos regionais para infiltrações e operações no Brasil, como carteiras estudantis falsificadas”. (J.M.)

ÍNDIA População do país chega a 1 bilhão

Festejada mas simbolizando um grave problema, a menina Astha (“Fé”) foi escolhida para representar o indiano de número 1 bilhão. Erguendo-a nos braços, a ministra da Mulher, Sumitra Mahajan (foto), perguntou se ela terá “possibilidades no futuro”. “Temos famílias menores para uma Índia mais forte”, recita uma gravação, toda vez que um indiano tira o fone do gancho. Em 50 anos o país tomará da China o título de país mais populoso do mundo.

ESTADOS UNIDOS Menino de 12 anos fere policial com tiro

Num tiroteio ocorrido ontem nas imediações de uma escola rural do estado de Arkansas, Estados Unidos, um aluno da sétima série de 12 anos recebeu três disparos e feriu gravemente um policial. Nenhum corre risco de vida. O policial, sargento Greg Lovett, tinha ido ao local para pôr fim a uma briga do agressor com colegas, e foi recebido a tiros.



CHILE Pinochet enfrenta 100ª queixa judicial

Com a apresentação de três novas queixas, chegou ontem a 100 o número de ações judiciais contra o ex-ditador chileno Augusto Pinochet. As queixas referem-se ao desaparecimento, em 1974, de dois ciclistas, entre eles o ex-campeão nacional Sergio Tormen Méndez; ao sequestro de um líder de esquerda e ao desaparecimento de um deputado comunista.

PARAGUAI Polícia usa força contra sem-terra

Mais de 60 pessoas, entre policiais e camponeses, ficaram feridas ontem no Paraguai durante uma violenta operação de retirada de centenas de sem-terra que três dias antes tinham ocupado uma fazenda da província de Caazapá. Segundo o ministro do Interior, Walter Boer, os policiais agiram amparados por ordem judicial.

CDU diz não à imigração na Alemanha

ISERLOHN, ALEMANHA – A três dias das eleições regionais na Renânia do Norte-Vestfália, o candidato opositorista da União Demócrata Cristã (CDU), Jürgen Rüttgers, atacou a iniciativa do chanceler alemão, Gerhard Schröder, de abrir o mercado trabalhista a estrangeiros, para mobilizar a opinião pública contra o Partido Social Democrata (SPD), que há 34 anos governa o estado. Tentando repetir o êxito obtido meses antes por seu colega Roland Koch, que venceu as eleições do estado de Hesse com uma campanha populista contra a facilidade ao acesso à cidadania alemã, o lema da campanha de Rüttgers é: “Empregos alemães para alemães”.

No entanto, seus slogans anti-imigração não têm conseguido alterar as pesquisas de opinião, que indicam a vitória de seu adversário. As sondagens atribuem ao candidato social-democrata, Wolfgang Clement, 43% dos votos e a Rüttgers, 38%. Mas a campanha da CDU mostra que o partido está pronto para acender o debate nacional, meses após o escândalo que envolveu o ex-chanceler Helmut Kohl e a reputação do Partido Social-Democrata (SPD).

Desemprego – Os democrata-cristãos argumentam que os desempregados alemães deveriam ser treinados em vez de “importar” trabalhadores estrangeiros. “Alguém acredita que eles ficarão no país temporariamente?”, questionou Rüttgers, em um comício, acrescentando que “quando eles vierem, suas famílias também virão”.

Schröder abriu um tumultuado debate ao propor diminuição das restrições para a expedição de visto para especialistas em informática – especialmente da Índia – trabalharem na Alemanha. O projeto ainda não foi aprovado, mas já atraiu 1.800 inscrições e/ou pedidos de informação.

O candidato da CDU nega ser contra estrangeiros, alegando que está indicando falhas no sistema de educação do Estado e a necessidade de cuidar dos alemães que ficaram para trás devido às mudanças econômicas. “Chegou a hora de pôr fim ao reinado social-democrata e de abrir a porta a um governo inovador, capaz de reativar uma economia em declive e mais comprometido com o futuro de nossos jovens”, reiterou.

Mas enquanto os social-democratas locais parecem ter sobrevivido ao escândalo Kohl, liderando as pesquisas de opinião, Rüttgers luta contra as acusações de racismo.

Diferentemente do que houve nas eleições em Hesse, mesmo os novos líderes da CDU estão preocupados com a retórica que fez os social-democratas compararem Rüttgers a Jörg Haider, líder da extrema-direita austríaca criticado por comentários exaltando o nazismo. O SPD contra-atacou os lemas de Rüttgers – como “Crianças em vez de indianos” e “Mais formação e menos imigração” – apelando para a tolerância e chamadas ao eleitorado para evitar a instalação no estado de um “Haider renano”, em referência ao populista austríaco.

Acesso a coquetel anti-Aids

■ Laboratórios vão baixar o preço das drogas para combater epidemia na África

GENEBRA, SUÍÇA – Cinco grandes laboratórios farmacêuticos concordaram em baixar o preço e facilitar o acesso às drogas contra o vírus HIV nos países em desenvolvimento. A decisão atendeu a um pedido das Nações Unidas e do acordo participam a empresa britânica Glaxo-Wellcome, as americanas Merck e Bristol-Myers Squibb, a alemã Boehringer-Ingelheim e a suíça Hoffmann-Roche Holding.

O acordo feito com a ONU é a mais importante iniciativa até hoje para reduzir os caros tratamentos de Aids no continente africano, a maior concentração de infectados do mundo, e resultou de intensas negociações entre os laboratórios e a UNAids (organização da ONU para o combate à Aids), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Os laboratórios atenderam a um apelo do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que conclamou o setor privado a se juntar às organizações mundiais para frear o avanço da Aids. As negociações começaram no ano passado, quando o Conselho de Segurança classificou a Aids como uma questão de segurança em todo o mundo.

Há anos, ativistas americanos e europeus pedem o fácil acesso aos tratamentos anti-Aids na África. Em maio, Thabo Mbeki, presidente da África do Sul, onde há uma epidemia de Aids, criticou severamente o descaso da indústria farmacêutica. A situação na África Subsaariana é gravíssima: dois terços dos casos de Aids são registrados na região.

Além do barateamento dos medicamentos, haverá melhoria dos sistemas de distribuição das drogas e distribuição de fundos

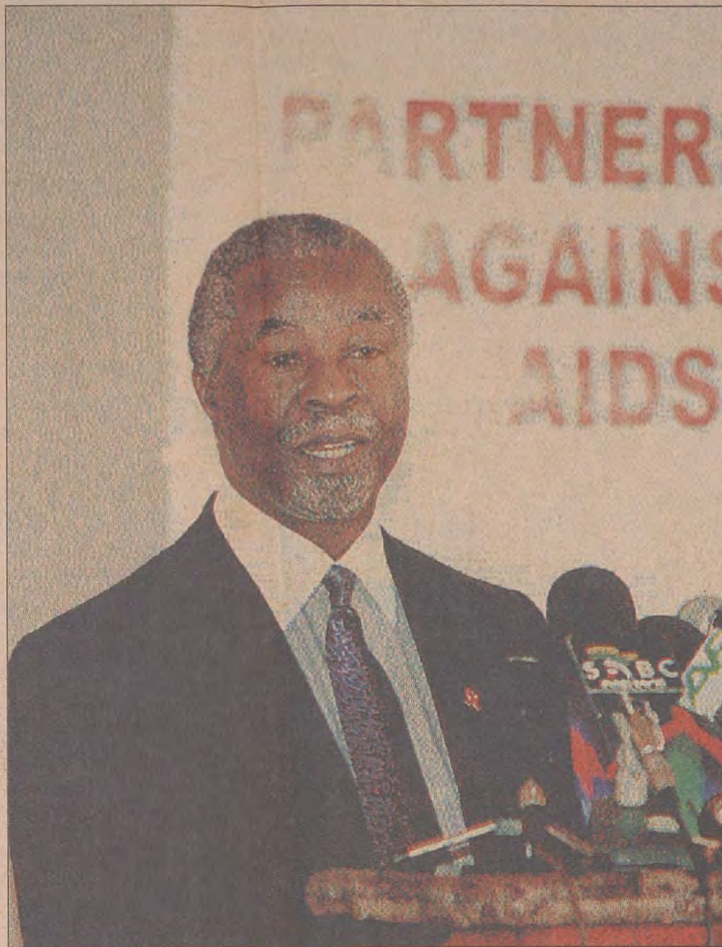
adicionais para o tratamento da doença. A meta da ONU é reduzir o número de novas infecções do HIV em todo o mundo em 25% em um período de 15 a 24 anos.

A ação mais concreta decorrente do acordo partiu do laboratório Glaxo-Wellcome. Porta-voz do laboratório britânico, anunciou que o preço do coquetel da Aids será imediatamente reduzido em 85% nos países em desenvolvimento, passando da média de US\$ 16,50 para US\$ 2 ao dia.

O laboratório Roche anunciou que o preço de seus medicamentos também sofrerá desconto e que os países africanos receberão apoio logístico gratuito. Já a Bristol-Myers Squibb declarou que pretende "expandir o acesso" a seus medicamentos anti-retrovirais.

A ONU, no entanto, considera o barateamento dos tratamentos apenas uma das peças em sua ofensiva africana. "É só o fator mais crítico. Precisamos com urgência de novos fundos para enfrentar os desafios sociais e econômicos que a doença impõe", afirmou o diretor-executivo da UNAids, Peter Piot. Entretanto, Kofi Annan considerou o acordo com a indústria farmacêutica "uma evolução muito positiva".

Ontem, o governo dos Estados Unidos anunciou que não vai mais restringir o desenvolvimento e licenciamento de remédios genéricos contra o HIV a partir dos medicamentos americanos nos países africanos. A medida veio depois de que o Conselho de Segurança Nacional dos EUA considerou recentemente a epidemia de Aids uma séria ameaça à segurança dos EUA. As indústria farmacêutica americana, no entanto, classificou a decisão como "indesejável e inadequada".



Crítica de Mbeki à indústria reforçou os argumentos da ONU

EUA vão testar vacina

NOVA IORQUE – O Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos vai iniciar um amplo teste com a vacina experimental Remune contra o vírus HIV, segundo o fabricante, Immune Response Corp. informou ontem em um comunicado oficial. A vacina será ministrada junto com o coquetel-padrão de drogas contra a Aids.

A Remune é uma das chamadas vacinas terapêuticas que visam estimular o imunossistema para destruir as células contami-

nadas pelo HIV. O teste, patrocinado pelos órgãos públicos de saúde americanos, tem por objetivo determinar se ela pode ser usada em combinação com as terapias padrão, reforçando os medicamentos que reduzem os níveis do vírus na corrente sanguínea.

Os testes clínicos serão feitos com 472 pessoas e as primeiras análises serão iniciadas 48 semanas (quase um ano) depois. Haverá um grupo de controle ao qual não será ministrada a vacina.

Amazônia ganha área de proteção

WASHINGTON – A Amazônia brasileira, um dos ecossistemas mais ricos do mundo em biodiversidade, vai ser objeto de um programa internacional de preservação. O programa, empreendido pelo Global Environment Facility (GEF), ONG que colabora com o Banco Mundial, visa proteger pelo menos 10% das áreas da floresta da ação das madeiras e da mineração.

O Programa de Áreas Protegidas da Região Amazônica começou a ser rascunhado em 1998 pelo GEF, entidade de proteção do meio ambiente nos países subdesenvolvidos. Mas o plano só ganhou força recentemente, com o apoio do governo brasileiro e World Wildlife Fund (WWF).

A área preservada vai incluir várias partes do país e, dentro dessas reservas, a caça, pesca e agricultura serão alvo de controles estritos. Nelas, a mineração e a atividade madeireira serão proibidas. Essas zonas servirão de moradia para povos indígenas.

Segundo o presidente da

GEF, Mohamed el-Ashry, os índios são os mais indicados para cuidar das reservas porque "seu conhecimento das florestas tropicais é superior e eles já viveram e trabalharam nas áreas toda a vida".

O Brasil vai investir 18 milhões de dólares, enquanto o WWF vai contribuir com 5 milhões. O custo total, a ser investido nos próximos 10 anos, será de 270 milhões de dólares. A execução do programa ficará a cargo do Banco Mundial.

"A Amazônia já foi descrita como o pulmão do mundo e um tesouro de biodiversidade", disse o presidente do GEF. "Mas o desmatamento e a exploração madeireira, em conjunto com a mineração, põem em perigo muitas espécies de animais e plantas", completou.

O Brasil contém mais de 30% das florestas tropicais do mundo e abriga mais de 55 mil espécies vegetais. O país ainda é o lar de 1.576 espécies de aves (uma em cada seis no mundo), 486 de répteis e 502 de anfíbios (um em cada oito).

Inpe admite perda de satélite Saci

A comissão técnica criada pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) não conseguiu descobrir por que o satélite Saci-1 não entrou em contato com a estação de solo. Lançado em outubro passado juntamente com o Cbers (satélite sino-brasileiro de sensoramento remoto), o Saci (sigla de Satélite de Aplicações Científicas) nunca deu sinal de vida, embora observações óticas fornecidas pela Nasa indicassem que ele estava em bom estado, com os quatro painéis solares abertos, mas aparentemente não dirigidos para o Sol.

Desta forma, os subsistemas de potência e o computador de bordo chegaram a funcionar por um certo tempo, pelo menos até a abertura dos painéis. Após a abertura, uma ou mais falhas teriam provocado a paralisação geral do satélite, embora seu projeto contemplasse tolerância a falhas, com

sistemas chamados redundantes.

A comissão, no entanto, levantou três hipóteses para a falha ocorrida após a abertura dos painéis: pane geral no computador, pane geral no sistema de potência e múltiplas falhas. Segundo os responsáveis pelo projeto havia a possibilidade de o satélite voltar a funcionar automaticamente sob certas condições de iluminação solar que ocorreriam por volta do dia 20 de fevereiro. No entanto, tais condições não se apresentaram e, sete meses após o lançamento, a possibilidade de o Saci-1 voltar a funcionar está descartada.

Apesar da perda do Saci-1, o programa de pequenos satélites científicos de baixo custo e alto conteúdo de inovação - essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro - deverá ter continuidade, ao lado dos projetos de satélites de aplicações de médio e grande porte.

Polímero dá mais brilho a espelho

WASHINGTON – Um novo tipo de espelho feito de polímeros, como o poliéster, é capaz de refletir luz com mais brilho do que os outros espelhos. O produto, resultante de uma pesquisa realizada por cientistas da empresa 3M, promete revolucionar os campos da medicina e da telecomunicação. O estudo foi publicado na revista *Science*.

O espelho de banheiro é feito a partir de uma combinação de uma superfície dura e uma fina camada de metal. Ele é capaz de refletir a luz proveniente de diferentes direções, mas não tem grande utilidade para fins tecnológicos porque absorve parte da luz incidente.

Atualmente, os espelhos dielétricos são a melhor opção para uso médico e no setor de telecomunicação. Eles são feitos de camadas de material transparente que, quando têm a espessura exata, ampliam os raios refletidos, intensificando-os. Entretanto, estes espelhos têm uma falha: só refletem bem se os raios luminosos incidirem sobre eles com um ângulo de 90°. Quanto menor o ângulo, pior o reflexo.

O espelho fabricados pela 3M resolveu estes problemas. Conseguem refletir raios luminosos vindos de qualquer direção e não absorvem luz. Essa característica só é possível porque ele é feito de finas e flexíveis camadas de polí-

meros, que podem ser isotrópicos (que apresentam as mesmas propriedades físicas em todas as direções), ou não.

A alternância de camadas destes dois tipos de material é o que confere ao espelho tal capacidade de reflexão. As camadas feitas de polímeros não-isotrópicos têm uma estrutura cristalina que faz com que os feixes luminosos que chegam até elas se dividam em dois e atravessem as outras camadas do espelho, com velocidades distintas.

Com isso, é possível se ter mais controle sobre a interação dos raios refletidos, explica Andrew Ouderkirk. Agora os cientistas estão tentando desenvolver espelhos que reflitam apenas alguns raios de luz que se propagam em determinado comprimento de onda.

Os novos espelhos fabricados pela 3M também provaram ser bastante eficientes em "canalizar" a luz emitida de fontes localizadas a grandes distâncias, sem alterar sua cor ou intensidade. Os pesquisadores estão testando essa nova tecnologia para fazer as telas de computador mais brilhantes, facilitando a leitura. Ouderkirk garante que, além da vantagem de refletir mais luz e de possibilitar o controle da reflexão, o custo de produção do novo espelho é menor.

